

Eficiência e Equidade da Universidade Pública no Brasil: uma análise comparativa de modelos de financiamento

Ana Paula Nothen Ruhe – UFRGS – Orientador: Marcelo Savino Portugal

Contexto e Justificativa

- Políticas públicas têm efeitos distributivos e sobre a eficiência econômica, uma vez que os governos captam recursos na forma de receitas tributárias e os realocam por meio de suas diversas formas de intervenção.
- As fontes, os destinos e o montante das verbas envolvidos em uma política pública podem contribuir para gerar mais ou menos desigualdade de renda e de oportunidades, bem como influenciar a forma como os recursos produtivos são utilizados e alocados, e, por consequência, a eficiência e o potencial de crescimento de uma economia.
- Em um contexto de acentuada restrição fiscal, o exame dos efeitos dessas intervenções se torna ainda mais relevante, sobretudo quando o atual desenho das políticas pode estar gerando resultados perversos em termos de eficiência e equidade. A ação governamental em relação à educação superior não é exceção.

Objetivo

- Analisar os resultados em relação a eficiência e equidade do atual modelo de financiamento da educação superior pública no Brasil, em que são oferecidas vagas em instituições federais sem custo para os estudantes, comparativamente a formulações alternativas de políticas governamentais para o setor.
- Critérios adotados para avaliação das alternativas de financiamento: i) eficiência econômica, no sentido de alterações em uma função de bem-estar social; ii) equidade de oportunidades *ex-ante*, e iii) equidade de fluxos de renda *ex-post*.

Metodologia

- Justificativa para a intervenção: falha no mercado de capitais que impede a tomada de financiamento privado por parte dos jovens que desejam estudar, uma vez que o maior capital humano futuro não é garantia aceita pelos credores.
- Construção de modelo representativo das decisões de demanda e oferta por educação superior: framework de duas gerações, em que os *jovens* decidem se desejam ingressar no ensino universitário e posteriormente tornarem-se mão de obra especializada. A decisão é condicionada pelo fluxo de renda futuro resultante e pela capacidade de arcar com os custos.
- Modificação da estrutura básica para representar três cenários alternativos: i) perfeito funcionamento do mercado de capitais, em que a ação do governo não é necessária (caso referencial); ii) atual formato de financiamento, em que o governo oferta uma quantidade finita de vagas na universidade pública e tributa toda a população; iii) caso em que uma taxa é cobrada daqueles que estudam nas universidades públicas.

Resultados

- No atual modelo de financiamento da educação superior, os três critérios de avaliação não são alcançados simultaneamente; isto é, há um trade-off entre equidade e eficiência.
- O atual desenho tem desempenho pior do que a alternativa em que há cobrança de taxa, na qual o trade-off eficiência/equidade, embora ainda presente, é menor.